



ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL, INSTITUÍDO PELA PORTARIA IPREV/DF Nº 36/2015.

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, às 15h na sala de reuniões do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF, realizou-se a trigésima primeira reunião ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – COMIN/IPREV/DF, instituído pela Portaria Iprev/DF nº 36/2015, com a presença dos seguintes membros: Adler Anaximandro de Cruz e Alves - Diretor-Presidente do IPREV/DF e Coordenador do Comitê; João Barbosa França - representante da Secretaria de Estado e Planejamento e Gestão; Mario Fernando de Almeida Ribeiro – representante da Casa Civil ; Wilson de Paula, representante da Secretaria de Fazenda e, como convidados, Erasmo Cirqueira Lino – Diretor de Investimento do Iprev/DF; Henrique Ramos – Chefe de Governança, Projetos e Compliance do Iprev/DF; Stéfane Maia Rech – Assessora de Comunicação do Iprev/DF; com a seguinte pauta: 1) Alocação de recursos em junho/2016; 2) Análise de Mercado; 3) Posição da carteira de investimentos. Passando-se aos pontos da pauta: 1) A reunião teve início com apresentação do cenário macroeconômico pelo assessor empresarial do Banco do Brasil, Senhor Fabiano Bassan, momento em que foi demonstrado o comportamento do índice inflacionário e dos índices adotados como parâmetros rentabilidade dos investimento. 2) Com base na posição da carteira de investimentos do Instituto, o assessor sugeriu o direcionamento de novos recursos para os fundos de investimentos IMA-B5, IDk-2 e IRF-M. O Assessor sugeriu, ainda, a ponderação para realização de lucros auferidos nos investimentos em fundos IMA-B e IMA-B5+. 3) Após o encerramento da apresentação relativa ao cenário macroeconômico, o Diretor de Investimentos, Erasmo Cirqueira, apresentou posição da carteira de investimentos do IPREV, em 30/04/2016, bem como a situação dos ativos em relação aos limites legais constantes na Resolução CMN 3.922/2010, como subsidio adicional para a discussão dos membros do Comitê. O Diretor de Investimentos falou da necessidade de maior flexibilidade por parte do Comitê quanto à alocação de recursos do Fundo Capitalizado em Renda Fixa, ao tempo em que solicitou fossem acatadas as sugestões do assessor do Banco do Brasil, quanto ao aporte de **novos recursos** nos fundos IMA-B5, IDk-2 e IRF-M., justificando-se a opção adotada, tendo todos manifestado concordância com o proposto pelo Diretor. Restou decidido que após o encaminhamento de demonstrativo de investimentos aos membros do Comitê, seria realizada uma reunião extraordinária para se decidir a migração dos recursos atuais para outros fundos que poderiam apresentar boa rentabilidade com menor risco. Os integrantes do Comitê recomendaram a manutenção da estratégia até então adotada para os recursos do Fundo Financeiro, ou seja, direcionamento de recursos para fundos de investimentos com baixa volatilidade, máxima rentabilidade, considerando a continuidade do movimento de majoração da *Taxa Média Selic*, por parte do Comitê de Política Monetária, observando os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.922/2010, as diretrizes constantes na Política de Investimentos aprovada para o exercício de 2016 e demais normas pertinentes em vigor e, prioritariamente, com elevada liquidez em função da utilização da totalidade desses recursos, no curto prazo, para pagamento das despesas com benefícios previdenciários.



Como algumas aplicações que compõe a carteira vêm apresentando rentabilidade negativa, foi solicitado à Diretoria de Investimentos - DIRIN, que providencie um levantamento do desempenho de outros RPPS com relação ao cumprimento da meta atuarial nos exercícios anteriores e, ainda, que na próxima reunião ordinária sejam apresentados todos os Fundos Estruturados que compõem a carteira, com os valores totais compromissados e os já integralizados, bem como informações sobre as penalidades cabíveis no caso de não atendimento à chamada de capital e/ou quebra dos compromissos firmados. Restou solicitado por parte dos membros informações sobre o custeio por parte do IPREV para fins de obtenção da certificação CPA, bem como o compartilhamento de informação sobre os cursos oferecidos pelo Banco do Brasil para preparação para fins de certificação.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, e eu Stéfane Maia Rech, lavrei a presente Ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os membros do COMIN.

Brasília, 3 de junho de 2016.

ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES
Coordenador do COMIN

JOÃO BARBOSA FRANÇA
Membro Titular - SEPLAG

MARIO FERNANDO DE ALMEIDA RIBEIRO
Representante Titular da Casa Civil

WILSON DE PAULA
Membro Suplente - Secretaria de Fazenda

STÉFANE MAIA RECH
Secretária do COMIN